



# Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã  
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA  
Siegfried Emanuel Heuser

# Conjuntura FEE

ANO 23 Nº 12  
Dezembro de 2014

## Argentina substitui importações de máquinas agrícolas

Em 14 de agosto de 2012, no ato de lançamento das primeiras linhas de tratores e colheitadeiras da marca John Deere produzidas na Argentina, a Presidente Cristina Fernandez de Kirchner deixou claro o papel estratégico do apoio governamental a esse setor no País. Nas palavras da presidente, não se tratava apenas de geração de novos postos de trabalho, mas também de balança comercial favorável, pois, no médio prazo, se esperava que a redução das importações fosse acompanhada de aumento equivalente das exportações.

Historicamente, as principais multinacionais do setor de máquinas agrícolas (AGCO, John Deere e CNH) trataram o mercado argentino como uma extensão do mercado brasileiro, principalmente no que tange à oferta dos produtos finais de maior valor agregado. As plantas industriais de tratores e colheitadeiras estavam concentradas no Brasil, que, por sua vez, abastecia os demais mercados sul-americanos.

Nos últimos 10 anos, a produção argentina de grãos cresceu em ritmo acelerado. A elevação dos preços internacionais das *commodities* agrícolas capitalizou os produtores rurais, gerando incentivos à expansão das áreas de cultivo (notadamente para soja e milho) e à introdução de novas tecnologias. Em condições normais, esse seria um cenário atrativo ao consumo de máquinas agrícolas. Mas as frequentes crises no mercado de divisas limitaram o atendimento dessa demanda via importações.

O Governo argentino, vislumbrando os potenciais transbordamentos de renda da agricultura para a indústria local e a oportunidade de melhorar a balança comercial de um setor historicamente deficitário (US\$ 438 milhões em 2007), lançou mão de uma série de medidas voltadas à internalização da produção de máquinas agrícolas. Pelo lado da oferta, a partir de 2011, limitou-se a entrada de produtos estrangeiros de diversos segmentos industriais (inclusive de máquinas agrícolas), impondo-se exigências para a concessão de licenças de importação. No mesmo período, foram estruturados programas visando incentivar a produção industrial doméstica e destravar o investimento. Dentre esses, destaca-se o Regime de Incentivo à Fabricação Local de Bens de Capital, pelo qual as empresas do setor beneficiam-se de um bônus fiscal de 14% sobre o faturamento, utilizado no abatimento de outros tributos nacionais. Adicionalmente, o Programa de Financiamento Produtivo do Bicentenário conferiu vantagens creditícias (empréstimos em pesos, à taxa de juros fixa e subsidiada) para a realização dos investimentos de maior envergadura.

Pelo lado da demanda, o setor de máquinas agrícolas foi incluído no Programa de Financiamento Para a Ampliação e Renovação de Frota, que conta com oferta de crédito específica e um desconto (*bonificación*) de 7,5%, aplicado sobre a taxa de juros praticada pelo banco oficial.

Além da John Deere, outras multinacionais do setor perceberam o potencial do mercado interno argentino e, frente às dificuldades de acessá-lo através do comércio exterior, aproveitaram os incentivos existentes para aumentar sua representação no País. Novos investimentos foram realizados, sobretudo nos segmentos de tratores e colheitadeiras. Apesar de as vendas internas desses produtos não se terem recuperado integralmente desde a crise internacional e a frustração da safra 2008/09, a produção local cresceu aceleradamente (132,0% para os tratores e 110,8% para as colheitadeiras entre 2008 e 2013). Assim, o mercado interno argentino desses produtos — que, até 2008, era atendido em mais de 80% via importações — será, em 2014, pela primeira vez, abastecido majoritariamente pela produção nacional. Segundo o Instituto Nacional de Estatística e Censos da Argentina, nos três primeiros trimestres de 2014, apenas 39,0% e 31,5% do valor das vendas de tratores e de colheitadeiras realizadas no País corresponderam a máquinas importadas.

Além disso, a Argentina já ensaia os primeiros passos para ingressar no grupo dos grandes exportadores de máquinas agrícolas. Impulsionadas, sobretudo, por um convênio assinado com a Venezuela, as exportações desse segmento cresceram 80,6% entre 2007 e 2013. Persistindo essa tendência, em breve, poderá ser confirmado o vaticínio da presidente argentina quanto ao equilíbrio na balança comercial do setor.

Para a indústria gaúcha de máquinas agrícolas, é preocupante a passagem do país vizinho de principal cliente externo a concorrente nos mercados sul-americanos e africanos. Nos últimos anos, a queda das vendas para a Argentina (-56,7% de 2007 a 2013) não gerou maiores efeitos adversos na indústria local, porque foi mais do que compensada pelo crescimento do mercado brasileiro. Porém, em 2014, com a contração do mercado interno, a indústria local está ressentindo-se da diminuição das compras do país vizinho.

**Rodrigo D. Feix**  
Economista, Pesquisador da FEE  
**Eduardo De Gasperi**  
Bolsista da FAPERGS

## A nova equipe econômica, a gestão fiscal e as políticas de combate à inflação

As últimas eleições expuseram uma polarização política pouco usual no Brasil. Nas urnas, o Governo saiu vitorioso. Mas a reforma ministerial na área econômica, com a indicação de Joaquim Levy para a Fazenda e Nelson Barbosa para o Planejamento, demonstra que a Presidenta reeleita quer mudanças na gestão fiscal em alinhamento com o programa da oposição. Por quê?

A demanda por mudanças é facilmente compreensível. A despeito do sucesso das políticas sociais e redistributivas, o crescimento econômico é pífio, e a inflação só está “sob controle” pelo represamento dos preços públicos. Ora, quando se redistribui uma renda em expansão, todos podem ganhar. Porém, numa economia estagnada, a redistribuição impõe perdas absolutas aos que ganham mais. Essa é a situação que vivemos hoje, no Brasil: a ampliação da carga tributária, o redirecionamento dos dispêndios governamentais e a queda dos juros da dívida pública, somados ao baixo crescimento, impuseram a estagnação ou a queda da renda de parcela substancial da elite econômica. E isso alimenta a polarização política e a certeza de que nunca houve tanta “corrupção” no País, a despeito de a distribuição da renda evidenciar o contrário.

A troca da equipe econômica é sinal de que Dilma entendeu que a mudança é necessária. É preciso crescer, o que é impossível, se cada espirro de crescimento acordar o dragão inflacionário. O que fazer? As equipes de Mantega e Pimentel (e a própria Dilma) apostavam na superação dos gargalos de infraestrutura para ampliar a produtividade, controlar preços e voltar a crescer de forma sustentada. Mas a paciência esgotou-se, e Dilma impôs a volta da velha ortodoxia de Fraga, Pallocci e Levy.

A ortodoxia reza que, para baixar os juros, é preciso substituir a âncora monetária pela fiscal; vale dizer: é preciso diminuir os gastos do Governo e a pressão de demanda sobre bens e crédito exercida por esse. O resultado seria a queda da inflação e dos juros.

Infelizmente, as chances de esse programa dar certo são mínimas. Desde logo, a inflação recente não é **primariamente** de demanda, mas de custos, com ênfase nos custos salariais, turbinados pela política social (que reduz a oferta de trabalho, expressa na População Economicamente Ativa (PEA)) e pela indexação do salário mínimo à inflação e à variação do Produto Interno Bruto (PIB). De sorte, mantidas as políticas

social e salarial, a âncora fiscal só será eficaz, se elevar a taxa de desemprego ao patamar necessário para impor a redução dos salários reais via estreitamento do leque salarial. Nesse caso, o arrocho fiscal vai asfixiar as duas últimas fontes de demanda dinamizadoras da economia: o consumo das famílias e os gastos públicos. E, como a liberação dos preços públicos represados (necessária à ampliação do superávit) vai impor uma nova pressão de custos, os juros terão de subir, depri-mindo a eficácia da política fiscal para a diminuição da relação dívida/PIB. Por fim, como o déficit de transações correntes se “estruturalizou”, será preciso alavancar a entrada de dólares pela conta financeira, mantendo os juros elevados mesmo após sanada a inflação corretiva. Por fim, com juros altos, o real continuará forte, e o déficit comercial persistirá e crescerá. **Sem expansão do consumo, das exportações e do gasto governamental, não haverá retomada dos investimentos nem crescimento da renda.**

Ao invés de recuperar a ortodoxia, Dilma deveria articular politicamente o controle da espiral preços-salários, pois são estes últimos que estão puxando a inflação nos últimos anos, como fica claro na tabela. Desde 2007, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo não *tradable* (IPCA-N-TRA) anual é o mais elevado, e, a partir de 2010, a inflação acumulada nesse grupo supera a acumulada nos preços monitorados. No primeiro Governo Dilma, a média anual do IPCA-N-TRA foi 25% maior do que a média anual do Índice de Preços ao Consumidor Amplo total (IPCATOT). Ora, os não *tradables* não estão sujeitos à concorrência externa, e, portanto, seus preços não são influenciados pelo câmbio. Além disso, os serviços e a construção civil são altamente empregadores e voltam-se ao mercado interno, o que significa dizer que **salários em ascensão pressionam os preços dos não *tradables* pelo lado dos custos e da demanda.** Mas os salários só podem ser afetados pelas políticas monetária e fiscal, se a elevação dos juros e/ou do superávit fiscal ampliar o desemprego e se o fizer em todos os setores ou, pelo menos, nos mais empregadores: serviços e construção civil. Esta última alternativa envolveria concentrar o corte de gastos nas políticas sociais (com vistas a ampliar a oferta de mão de obra) e/ou nos investimentos em infraestrutura, o que levará à reconcentração da renda e à depressão dos investimentos. É essa a mudança que se quer?

Índices de Preços ao Consumidor Amplo total (IPCATOT), *tradable* (IPCATRA), não *tradable* (IPCA-N-TRA) e monitorado (IPCAMON), anual e acumulado, no Brasil — entre 2003-13

DISCRIMINAÇÃO												(%)	
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Média 2003-13	Média 2010-13
<b>IPCATOT</b> .....												4,93	6,04
Anual .....	9,30	7,60	5,69	3,14	4,46	5,90	4,31	5,91	6,50	5,84	5,91		
Acumulado .....	9,30	17,61	24,30	28,20	33,92	41,82	47,94	56,68	66,87	76,61	87,05		
<b>IPCATRA</b> .....												4,21	5,44
Anual .....	8,69	6,28	2,74	1,31	4,73	6,97	2,63	6,87	4,41	4,47	6,01		
Acumulado .....	8,69	15,52	18,68	20,24	25,93	34,71	38,25	47,75	54,27	61,17	70,86		
<b>IPCA-N-TRA</b> .....												5,80	8,19
Anual .....	6,65	6,85	6,36	4,01	6,68	7,10	5,53	7,28	8,59	8,46	8,43		
Acumulado .....	6,65	13,96	21,20	26,06	34,48	44,02	51,98	63,05	77,05	92,02	108,21		
<b>IPCAMON</b> .....												4,61	3,62
Anual .....	13,20	10,20	8,98	4,28	1,65	3,28	4,74	3,13	6,20	3,65	1,54		
Acumulado .....	13,20	24,75	35,95	41,76	44,10	48,83	55,88	60,76	70,72	76,95	79,67		

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Banco Central do Brasil.

## Emprego formal do País perde força e fecha outubro com pequena retração

O mercado de trabalho formal no Brasil fechou o mês de outubro com a supressão de 30.283 postos, conforme a série sem ajuste — que só contabiliza as informações enviadas dentro do prazo legal — do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego (CAGED-MTE). Trata-se do primeiro resultado negativo para esse mês desde 1999, o que dispara um alerta: tão preocupante quanto as perdas na construção civil (-33.556), na agropecuária (-19.624) e na indústria de transformação (-11.849) é a frágil geração de postos no setor serviços, que ficou longe do desempenho do mesmo mês nos anos recentes (apenas 2.433 postos em 2014, contra 32.071 em outubro do ano passado, por exemplo). A perda de fôlego dos serviços, que vêm respondendo por parcela significativa da geração de emprego formal (62,6% dos postos acrescidos de janeiro a setembro de 2014), lança dúvidas sobre o potencial do setor para continuar sustentando a geração de vagas com carteira assinada, como vem fazendo.

Por outro lado, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que o desemprego, para o conjunto das seis regiões metropolitanas onde a pesquisa é realizada, se manteve em patamares baixos, 4,7% em outubro, com crescimento de 0,8%, frente a setembro, do número de pessoas ocupadas. Parte considerável desse aumento deve-se ao contingente dos trabalhadores por conta própria, que cresceu 3,0% na comparação com o mês anterior, enquanto o volume de empregados com carteira assinada no setor privado experimen-

tou um modesto recuo de 0,3%. Assim, os ocupados por conta própria avançaram de uma participação de 18,7% em setembro para 19,1% em outubro, ao passo que os empregados com vínculos formais, que eram 55,3% do total de ocupados, passaram para 54,9%. Esse dado, portanto, é convergente e reforça a preocupação evidenciada a partir do CAGED: a expansão de uma forma de inserção no mercado de trabalho associada à precarização — embora a categoria “conta própria” envolva uma diversidade de situações — já pode estar respondendo a um movimento de contenção do dinamismo do mercado formal.

Variação mensal do emprego formal, por setores de atividade, no Brasil — outubro de 2014

SETORES DE ATIVIDADE	SALDO	VARIAÇÃO (%)
Extrativa mineral .....	-557	-0,24
Indústria de transformação .....	-11.849	-0,14
Serviços industriais de utilidade pública .....	-85	-0,02
Construção civil .....	-33.556	-1,05
Comércio .....	32.771	0,36
Serviços .....	2433	0,01
Administração pública .....	184	0,02
Agropecuária .....	-19.624	-1,18
<b>Total</b> .....	<b>-30.283</b>	<b>-0,07</b>

FONTE: MTE/CAGED, Lei nº 4.923/65.

NOTA: Os dados referem-se à variação do estoque de out./14 em relação ao do mês anterior.

**Maria Isabel H. da Jornada**  
Socióloga, Pesquisadora da FEE

## Os investimentos nos estádios para a Copa do Mundo 2014

Para sediar a Copa do Mundo de 2014, o Estado brasileiro teve de oferecer garantias à Federação Internacional de Futebol (FIFA) e fazer reformas na sua legislação e no espaço urbano. Uma das intervenções previstas diz respeito à adequação dos estádios brasileiros ao que se convencionou chamar de “padrão FIFA”, tendo o Governo brasileiro direcionado parte importante do orçamento da competição para financiamentos que possibilitaram as reformulações dos parques esportivos.

Segundo dados do Portal da Transparência, o valor total investido chegou a R\$ 25,6 bilhões. Ao contrário das declarações dos representantes brasileiros e dos dirigentes das federações envolvidas no torneio (Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e FIFA), o poder público foi o principal investidor, sendo o responsável direto por mais de 80% do total despendido na organização da Copa. Esse padrão de desigualdade entre recursos públicos e privados é ainda maior nos recursos relativos aos estádios, que representaram quase um terço do orçamento total: dos R\$ 8 bilhões empregados nas arenas esportivas, aproximadamente, 95% tiveram como origem as instituições públicas, enquanto os outros 5% foram captados na iniciativa privada e nos clubes de futebol.

O principal agente de investimento público foi o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que, por meio do programa ProCopa Arenas, ofereceu financiamento de, no máximo, R\$ 400 milhões para cada empreendimento. Apenas o Estádio Nacional de Brasília não foi financiado por esse programa. Os outros 11 projetos somaram quase R\$ 4 bilhões em financiamentos, a serem amortizados em até 15 anos. Além dos estádios da Copa, o programa também financiou parte da Arena do Grêmio, em Porto Alegre.

Os governos estaduais arcaram com cerca de R\$ 3,3 bilhões (grande parte desse valor também oriunda do financiamento do BNDES). Somente o estádio Beira-Rio, em Porto Alegre, de propriedade do Sport Club Internacional, e a Arena Corinthians, em São Paulo, não receberam recursos de seus respectivos estados. Em sentido oposto, o Estádio Nacional de Brasília foi financiado integralmente, R\$ 1,4 bilhão, por recursos do Governo distrital. Os governos municipais também tiveram participação, mesmo que reduzida em comparação com as outras esferas: a Prefeitura de Curitiba financiou a criação do projeto e algumas estruturas no entorno da Arena da Baixada, enquanto a Prefeitura de São Paulo garantiu incentivos fiscais da ordem de R\$ 420 milhões para a Arena Corinthians, que sediou a abertura do torneio. Entre os clubes, apenas o Clube Atlético Paranaense aplicou pouco mais de R\$ 78 milhões, obtidos em empréstimos, na Arena da Baixada. Dois estádios contaram com recursos de empresas privadas: a Arena Mineirão (R\$ 254,5 milhões investidos pela empresa Minas Arena) e o Beira-Rio (quase R\$ 55 milhões investidos pela Andrade Gutierrez, em troca da exploração comercial do estádio durante 20 anos).

Portanto, as obras nos estádios da Copa tiveram como agente principal o Estado, que, por meio de diversas ações (aporte direto, empréstimos, renúncia e incentivo fiscal), garantiu a possibilidade de realização da competição futebolística no País.

**Ricardo César Gadelha de Oliveira Júnior**  
Sociólogo, Pesquisador da FEE

Tabela 1

## Taxas de variação do IPCA e do IGP-M no Brasil — maio/14-out./14

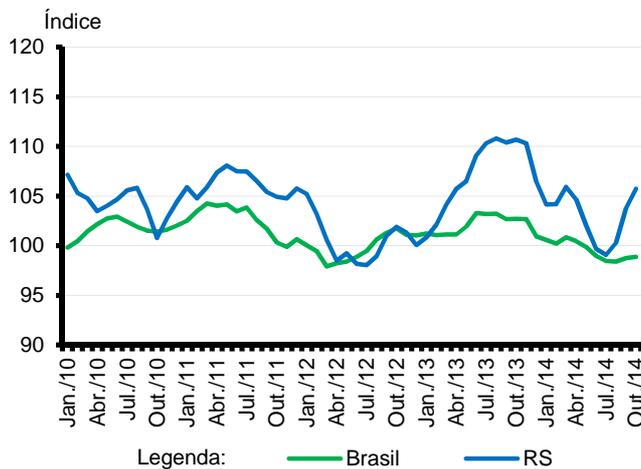
MESES	IPCA			IGP-M			(%)
	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	
Maio/14	0,46	3,33	6,38	-0,13	3,21	7,84	
Jun./14	0,40	3,75	6,52	-0,74	2,45	6,25	
Jul./14	0,01	3,76	6,50	-0,61	1,82	5,33	
Ago./14	0,25	4,02	6,51	-0,27	1,55	4,88	
Set./14	0,57	4,61	6,75	0,20	1,75	3,54	
Out./14	0,42	5,05	6,59	0,28	2,04	2,95	

FONTE: IBGE.

Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 1

## Produção física industrial no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./10-out./14

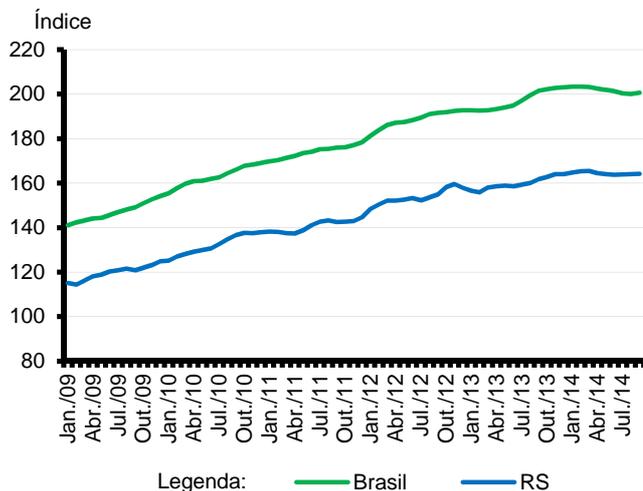


FONTE: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.  
2. Os índices têm como base a média de 2012 = 100.  
3. A partir de mar./14, a PIM-PF modificou a estrutura de coleta.

Gráfico 2

## Volume de vendas do comércio varejista no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-set./14



FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.  
2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Tabela 2

## Indicadores selecionados da economia brasileira — maio-out./14

INDICADORES SELECIONADOS	NO MÊS						NO ANO (1)	EM 12 MESES (1)
	Maio/14	Jun./14	Jul./14	Ago./14	Set./14	Out./14		
Taxa de câmbio (US\$) (2) .....	2,22	2,24	2,22	2,27	2,33	2,45	2,31	2,31
Taxa de câmbio efetiva real (3) .....	88,1	88,3	88,9	90,2	90,8	93,7	91,5	92,2
Taxa básica de juros (% a.a.) (4) .....	11,00	11,00	11,00	11,00	11,00	11,25	10,92	10,77
Superávit primário (% do PIB) .....	2,55	0,50	1,08	3,31	5,91	-0,80	0,27	-0,56
Balança comercial (US\$ milhões) .....	715	2.362	1.574	1.163	-940	-1.177	-1.873	2.517
Exportações (US\$ milhões) .....	20.752	20.467	23.024	20.463	19.617	18.330	191.964	233.672
Importações (US\$ milhões) .....	-20.037	-18.105	-21.451	-19.300	-20.556	-19.507	-193.837	-231.155
Transações correntes (US\$ milhões)	-6.530	-3.331	-5.996	-5.466	-7.880	-8.131	-70.697	-84.428

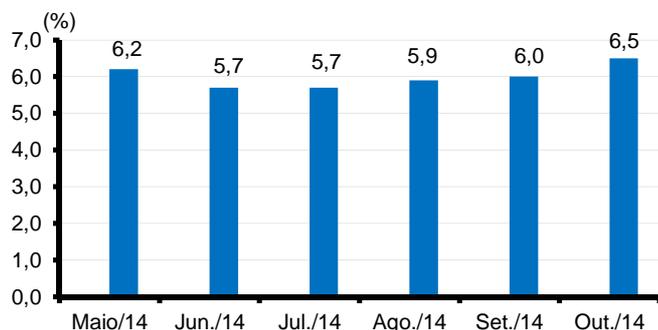
FONTE: Banco Central do Brasil.

(1) Valores médios da taxa de câmbio, do índice da taxa de câmbio efetiva real e da taxa básica de juros; resultado acumulado para os demais. (2) Taxa de câmbio livre do dólar norte-americano (compra e venda) média do período (R\$/US\$). (3) Índice da taxa de câmbio efetiva real (IPCA), jun./94 = 100. (4) Taxa vigente no último dia útil do mês.

## Carta de Conjuntura - Ano 23 nº 12

Gráfico 3

Taxa de desemprego total no Rio Grande do Sul — maio/14-out./14



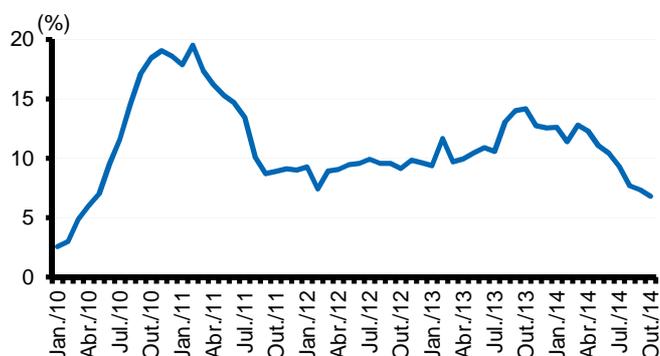
FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. A partir de julho de 2014, o Dieese interrompeu a divulgação da taxa brasileira.

2. O Rio Grande do Sul corresponde apenas à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Gráfico 4

Taxa de variação da arrecadação do ICMS no Rio Grande do Sul — jan./10-out./14



FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Variação acumulada em 12 meses.

Tabela 3

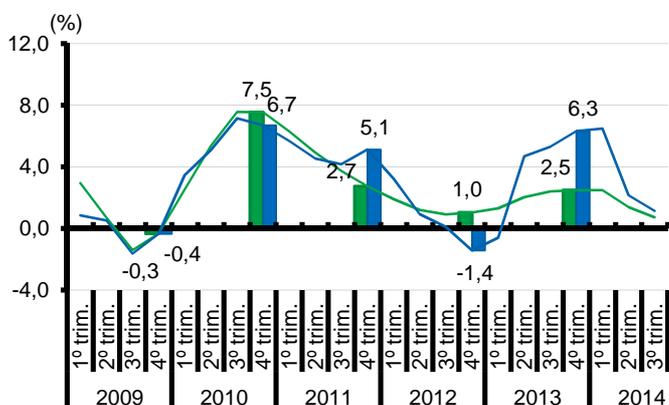
Exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul — maio-out./14

MESES	EXPORTAÇÕES ACUMULADAS NO ANO (US\$ FOB milhões)		PARTICIPAÇÃO RS/BR (%)	VARIÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)					
	RS	Brasil		Valor		Volume		Preço	
				RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
Maio/14	6.871	90.064	7,6	-8,7	-3,5	-22,4	2,9	17,2	-6,1
Jun./14	8.868	110.531	8,0	-20,5	-3,4	-21,8	1,3	4,5	-4,8
Jul./14	10.865	133.555	8,1	-16,6	-1,2	-20,3	3,2	6,7	-4,5
Ago./14	12.615	154.018	8,2	-18,0	-1,7	-23,8	1,9	8,7	-3,7
Set./14	14.682	173.635	8,5	-16,1	-2,3	-23,3	1,3	10,1	-3,7
Out./14	16.214	191.965	8,4	-24,0	-4,2	-24,1	-0,2	1,1	-4,2

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Sistema Alice.

Gráfico 5

Taxa de variação do PIB, acumulada em quatro trimestres, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 1º trim./09-3º trim./14

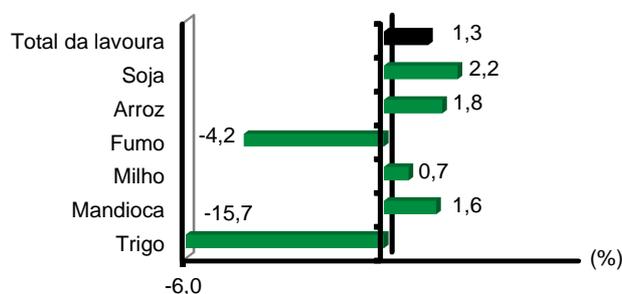


Legenda:

■ PIB do Brasil  
■ PIB do RS

Gráfico 6

Estimativa de crescimento da lavoura e de suas principais culturas no Rio Grande do Sul — out./14



FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. FEE/CIE/NCR.

## O Fundo Previdenciário (Fundoprev) e a insuficiência na constituição de suas reservas

Desde 2011, coexistem dois modelos diferentes no sistema previdenciário dos servidores públicos estaduais do Rio Grande do Sul. Gradualmente, o sistema baseado no Fundo Financeiro vem sendo substituído pelo Fundoprev. Ambos seguirão vigentes pelas próximas décadas, mas o Fundo Financeiro caminha para a extinção, enquanto o Fundoprev vem aumentando a sua importância relativa na Previdência estadual.

O sucesso do modelo baseado no Fundoprev depende diretamente dos valores aportados pelo Estado a título de contribuições patronais, do montante alocado pelos servidores, através de desconto em folha, e dos rendimentos das aplicações do Fundo no mercado financeiro. Uma vez que o Fundoprev é desenhado como um fundo de capitalização cujas contribuições e benefícios são determinados e inflexíveis, o equilíbrio entre o lado financeiro e o atuarial do plano torna-se bastante delicado, uma vez que as limitações impostas pela legislação e pelo Judiciário permitem pouca margem para ajustes e correção de eventuais insuficiências de recursos. No ano de 2013, o Fundoprev apresentava ativos acumulados da ordem de R\$ 95,4 milhões, que correspondem ao valor alocado em aplicações financeiras resultantes das fontes de financiamento legais e dos rendimentos de capital obtidos no mercado financeiro. Mas a previsão atuarial de recursos que o Fundo deveria conter na mesma data, chamada de reserva matemática, era da ordem de R\$ 5,5 bilhões.

Uma diferença tão significativa entre a reserva matemática e a reserva constituída deve servir de alerta aos gestores da

Previdência estadual, para que o assunto retorne à agenda política e ajustes sejam realizados. Os números de 2013 mostram que não foram formadas reservas suficientes para o cumprimento das obrigações futuras do novo modelo de Previdência estadual. Por outro lado, existe um plano para a amortização desse déficit, porém, apenas a partir de 2023, espera-se que o Estado comece a desembolsar contribuições adicionais sobre a folha de pagamento, da ordem de 9,24%. Até lá, as alíquotas de contribuição adicional são bastante reduzidas, como a prevista para 2014, de 0,94%.

Diversas podem ser as causas de tamanha discrepância entre as reservas matemáticas e as constituídas. De um lado, a reserva matemática pode estar superdimensionada. De outro, os servidores podem estar sendo admitidos no Plano em idade relativamente avançada e sem formação de reservas suficientes para fazer frente a essa realidade, enquanto o desempenho das aplicações financeiras pode estar sendo insuficiente, abaixo da meta atuarial estipulada. Certamente, a situação da reserva constituída atual é proveniente de diferentes causas, que colaboraram para a não formação de um ativo total no montante necessário. É preciso, portanto, que os gestores da Previdência estadual prestem especial atenção nessa questão, sob pena de o Fundoprev não conseguir solucionar o problema dos déficits crônicos na Previdência do Estado.

**Thiago Felker Andreis**  
Economista, Pesquisador da FEE

## Multiplicadores de impacto da Matriz de Insumo-Produto do RS — 2008

A Fundação de Economia e Estatística divulgou, em novembro deste ano, a **Matriz de Insumo-Produto do Rio Grande do Sul — 2008**. Entre os principais resultados da Matriz, estão os multiplicadores de impacto sobre a produção, sobre o Valor Adicionado (VA) e sobre o emprego.

O multiplicador sobre a produção da atividade *i* é definido como o valor total de produção, de todos os setores, que é necessário para satisfazer uma variação na demanda da atividade *i*. Para isso, são consideradas todas as inter-relações da economia. De forma análoga, são definidos os multiplicadores sobre o VA e sobre o emprego.

Entre as atividades com um maior impacto sobre a produção total, estão algumas vinculadas à indústria de transformação, cujo principal insumo advém da agropecuária gaúcha: **produtos do fumo, 2,03; alimentos e bebidas, 2,02; e têxteis, artefatos do vestuário e do couro, acessórios e calçados, 1,63**. Assim, um aumento de R\$ 1,00 na demanda pelos produtos da indústria do fumo, por exemplo, eleva a produção total do Estado em R\$ 2,03. Ainda se destacam as atividades **serviços de alojamento e alimentação, 1,80, e pecuária e pesca, 1,62**, que também dependem fortemente de insumos locais, entre as que possuem os maiores impactos sobre a produção.

Para fins de comparação, o multiplicador sobre a produção de uma variação exógena no consumo de bens locais pelas famílias foi de 1,06. Já os multiplicadores das exportações para o resto do Mundo e o resto do País foram maiores: 1,64 e 1,35 respectivamente.

Quanto ao multiplicador sobre o VA, destacam-se algumas das atividades dos serviços, como **comércio e serviços de manutenção e reparação, 0,85, e intermediação finan-**

**ceira, também 0,85**. Já em relação ao multiplicador sobre o emprego, salientam-se as atividades da agropecuária **agricultura, silvicultura e exploração vegetal, 47,3, e pecuária e pesca, 46,8**, bem como atividades dos serviços, como **alojamento e alimentação, 49,2**.

Multiplicadores simples de impacto sobre a produção, sobre o valor adicionado (VA) e sobre o emprego de atividades selecionadas da Matriz de Insumo-Produto do RS — 2008

ATIVIDADES	PRODUÇÃO	VA	EMPREGO (1)
Agricultura e silvicultura .....	1,42	0,73	47,3
Pecuária e pesca .....	1,62	0,71	46,8
Alimentos e bebidas .....	2,02	0,59	32,0
Produtos do fumo .....	2,03	0,59	28,6
Têxteis, couro e calçados ....	1,63	0,56	34,5
Comércio e manutenção .....	1,28	0,85	35,6
Alojamento e alimentação ...	1,80	0,65	49,2
Intermediação financeira .....	1,38	0,85	8,4
Consumo das famílias .....	1,06	0,56	21,3
Exportações para o resto do Mundo .....	1,64	0,55	24,7
Exportações para o resto do País .....	1,35	0,44	16,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: FEE/NCR.

NOTA: 1. Os multiplicadores simples não incluem o efeito-renda.

(1) Postos de trabalho criados pelo impacto de R\$ 1 milhão, a preços de 2008, na demanda.

**Rodrigo de Sá**  
Economista, Pesquisador da FEE

## Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) — 2000-10

O Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras, elaborado, em 2014, pelo Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA), pela Fundação João Pinheiro (FJP), e pelo Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD), permite uma análise da realidade socioeconômica intrametropolitana não perceptível nos indicadores apoiados em outros níveis geográficos. A RMPA foi dividida, em 2010, em 722 Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs), formadas pela agregação de setores censitários, com características socioeconômicas homogêneas. Por meio das UDHs, foram identificadas as disparidades entre as áreas metropolitanas, nas dimensões conhecimento (IDH-Educação (IDH-E)), direito a uma vida longa e saudável (IDH-Longevidade (IDH-L)) e a um padrão de vida digno (IDH-Renda (IDH-R)). Os níveis de desenvolvimento humano variam de 0 a 1, podendo ser:  **muito baixo** (0 a 0,499); **baixo** (0,5 a 0,599), **médio** (0,6 a 0,699), **alto** (0,7 a 0,799) e **muito alto** (0,8 a 1).

A RMPA atingiu um IDH de 0,762 em 2010, superior ao IDH brasileiro, de 0,727, porém caiu da quarta para a nona posição entre as 16 regiões metropolitanas (RMs) analisadas no período. O mais elevado IDH foi encontrado na RM de São Paulo (0,794); e o mais baixo, na RM de Manaus (0,720).

No período 2000-10, nas 335 UDHs localizadas no Município de Porto Alegre, o número de áreas com IDH **alto** e **muito alto** aumentou, enquanto houve uma redução no número de áreas com IDH **baixo** e **muito baixo**. Quanto aos demais municípios da RMPA, o percentual de áreas com índices **alto** e **muito alto** subiu de 14% para 54,8%, enquanto as de IDH **baixo** e **muito baixo** se reduziram de 50% para 1,8%. Em 2010, nenhuma área da RMPA apresentou índice de desenvolvimento humano **muito baixo**; 60,3% das UDHs registraram índices **muito alto** e **alto**; 35,9%, **médio**, e apenas 3,9%, **baixo**. Os maiores índices (0,9 a 0,958) foram encontrados em Porto Alegre (48 UDHs), em Novo Hamburgo, na UDH Centro/Vila Rosa, e em São Leopoldo, na UDH Centro e entorno. Os menores índices (0,5 e 0,596) situaram-se em Porto Alegre (21 UDHs), em Novo Hamburgo (seis UDHs) e em Canoas, na UDH Matias Velho/Harmonia.

Para a avaliação da longevidade, foi utilizado o IDH-L, obtido a partir do indicador **esperança de vida ao nascer**. O IDH-L do Brasil passou de **médio**, em 1991, para **alto**, em 2000, chegando a **muito alto** em 2010. Em 2000, a RMPA apresentava o mais elevado IDH-L dentre as 16 RMs avaliadas, sendo ultrapassada, em 2010, pela RM do Distrito Federal e entorno. No período 2000-10, a **esperança de vida ao nascer** do Brasil passou de 68,6 anos para 73,9 anos, enquanto, na RMPA, aumentou de 73,6 para 76,3 anos, o menor crescimento entre as regiões analisadas. Foram verificados índices superiores a 0,95 na RMPA apenas em Porto Alegre, nas UDHs Bela Vista, Independência (André Puente), Três Figueiras, Moinhos de Vento, Rio Branco (IPA), Menino Deus (Ganzo/Visconde do Herval), Vila Ipiranga (Iguatemi/Germânia) e Belém Novo (Mário Carvalho), com **esperança de vida ao nascer** de 82 anos. Já índices abaixo de 0,76 foram localizados apenas em Canoas, nas UDHs Guajuviras A, Harmonia/Centro e São Luis, com **esperança de vida ao nascer** de 70 anos, 12 anos a menos do que a das áreas com índices superiores.

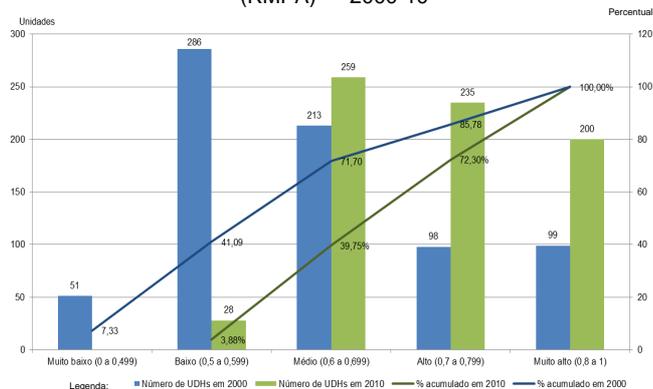
Quanto à educação, o IDH-E considera, em sua composição, os subíndices: **frequência escolar**, com peso de 2/3, e **escolaridade**, com peso de 1/3. O IDH-E do Brasil, classificado como **muito baixo** em 1991 e em 2000, passou para **médio**

em 2010. O IDH-E da RMPA passou de **baixo** (0,524), em 2000, para **médio** (0,649) em 2010, nível alcançado por 11 RMs no período. Os índices mais elevados, verificados em cinco regiões, ficaram entre 0,7 a 0,737. Os mais elevados IDH-E da RMPA, entre 0,9 e 0,95, foram encontrados em UDHs de Porto Alegre e Novo Hamburgo, e os menores, abaixo de 0,43, situaram-se em UDHs de Canoas e, também, de Novo Hamburgo.

Para analisar o rendimento, o IDH-R é calculado a partir do indicador **renda per capita**. O IDH-R do Brasil classificava-se como **médio** em 1991 e em 2000, passando para **alto** em 2010. Nesse ano, a renda média domiciliar *per capita* da RMPA foi de R\$ 1.143,12, face à de R\$ 793,87 do Brasil. Os mais elevados índices da RMPA, entre 0,95 e 1, foram encontrados nas UDHs de Porto Alegre e Novo Hamburgo, e os menores, de 0,6 a 0,62, situaram-se em Canoas, nas UDHs Guajuviras A, Harmonia/Centro e São Luis, com renda média *per capita* de R\$ 374,26. A renda média *per capita* mais alta, de R\$ 7.216,42, foi registrada em Porto Alegre, nas UDHs Bela Vista, Independência (André Puente), Três Figueiras, Moinhos de Vento, Rio Branco (IPA), Menino Deus (Ganzo/Visconde do Herval), Vila Ipiranga (Iguatemi/Germânia) e Belém Novo (Mário Carvalho).

O IDH metropolitano apontou uma melhora significativa no nível de desenvolvimento humano e a redução das disparidades entre as 16 RMs estudadas, todas com IDH alto em 2010. Na RMPA, observou-se que, em 2000-10, o percentual de UDHs com nível de desenvolvimento baixo (IDH entre 0 e 0,59) reduziu-se de 41% para apenas 3,9%, enquanto o percentual de áreas com desenvolvimento elevado (IDH entre 0,7 a 1) mais que dobrou, passando de 28,3% para 60,3%. No entanto, no quesito renda, a disparidade entre as áreas metropolitanas ainda é elevada, uma vez que a renda *per capita* das UDHs de maior renda corresponde a 19 vezes a renda das UDHs mais carentes da RMPA.

Distribuição das Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs), segundo as faixas do Índice de desenvolvimento Humano (IDH), na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) — 2000-10



FONTE DADOS BRUTOS: Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras.

**Cristina Maria dos Reis Martins**  
Economista, Pesquisadora da FEE  
**Gisele da Silva Ferreira**  
Estatística, Pesquisadora da FEE

## Apropriação de renda e de riqueza no Brasil

A iniquidade na distribuição pessoal da renda é mensurada de distintas maneiras, podendo-se levar em conta mais de um parâmetro. Os dados comumente difundidos dizem respeito ao fluxo mensal de rendimentos obtidos pelos variados estratos sociais, tendo no Índice de Gini sua padronização estatística internacional. Outra maneira de mostrar a desigualdade é através da repartição da propriedade, ou seja, a distribuição da riqueza.

No Brasil, os dados de distribuição de renda são difundidos a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Recentemente, a PNAD de 2013 foi divulgada retratando, ao mesmo tempo, a manutenção das conquistas da última década e um avanço modesto em relação a 2012. Nesse início de século XXI, a apropriação de renda daqueles que estão na faixa dos 10% mais elevados passou de 47,44% em 2001 para 41,55% em 2013. Já aqueles que estão nas faixas 50% mais baixas passaram de 12,6% para 16,41%.

Porém a progressão dessa redistribuição de renda perdeu fôlego em 2012 e foi praticamente inexistente em 2013. Neste último ano, houve uma pequena ampliação da taxa de pobreza baseada nas necessidades calóricas, que passou de 5,29% em 2012 para 5,50% em 2013. Em 2001, a taxa era de 15,19%. Já a taxa de pobreza atingiu 15,09% da população. Em 2001, essa taxa representava 35,09%.

Em linha semelhante, o Índice de Gini persistiu caindo como em todos os anos deste século. A variação, entretanto, foi mais moderada, cedeu 0,60%.

Sob outro prisma, os números da concentração de riqueza não eram conhecidos, em que pese uma estimativa realizada em 2004, no Atlas da Exclusão Social. Em 2014, entretanto, os primeiros dados vieram à tona com base nas declarações de Imposto de Renda à Receita Federal referentes a 2006-12.

As informações de 2006 retratam que 0,39% da população detinha 55,68% do patrimônio total declarado. Dentro desse grupo, 0,23% captava 47,68% da riqueza, enquanto os 0,08%

mais ricos detinha 36,12% de todos os bens. Esses dados sinalizam uma concentração da propriedade bastante mais elevada do que na Europa Ocidental, por exemplo, onde cerca de 10% da população apreendem 60% da riqueza.

Em 2012, as declarações continuaram apontando uma elevada concentração. Apenas 0,21% da população abarcava 46,67% do patrimônio, enquanto 0,69% da população possuía 21,82%. Assim, a riqueza dos 0,9% mais ricos representou 68,49% do total. Esse dado mostra que a concentração é muito superior à dos Estados Unidos, um país com elevada concentração. Lá, cerca de 10% da população concentra 70% da riqueza. Analisando-se os dados, é interessante observar que o patrimônio médio daqueles que estão entre os 0,21% mais ricos é de R\$ 5,8 milhões, mesmo que o corte seja feito a partir de R\$ 1,5 milhão. Isso indica que a concentração do patrimônio está entre os indivíduos do topo mais restrito. Além disso, as faixas mais altas possuem, sobretudo, renda do capital, enquanto as outras se concentram no trabalho.

As principais fontes de acumulação de riqueza no Brasil são os fluxos de renda e heranças recebidas. O Imposto de Renda possui uma alíquota máxima de 27,5% no País, enquanto, na Suécia, na Alemanha e nos Estados Unidos, por exemplo, a alíquota máxima é de, respectivamente, 56,7%, 45,0% e 39,6%. Os impostos sobre herança e sobre ganhos do capital, no mesmo sentido, são menores no Brasil do que nos países mais desenvolvidos.

Contrapondo-se a evolução dos dados de concentração de renda com os de riqueza, há a sinalização de que o processo de redistribuição esbarrou em limites. Para obter-se maior avanço nessa seara, a alteração tributária parece imperativa, uma vez que as alíquotas brandas de impostos sobre a renda, sobre a herança e sobre ganhos do capital favorecem a concentração existente no Brasil. Tais mudanças oportunizariam recursos para financiar a ascensão da base da pirâmide social.

Distribuição de bens e direitos no Brasil — 2006 e 2012

FAIXA DE VALOR DOS BENS	2006			2012		
	Bens	População	Declarantes	Bens	População	Declarantes
Até R\$ 1.000,00 .....	0,02	5,33	41,29	0,00	4,88	37,52
De R\$ 1.000,00 a R\$ 100.000,00 .....	13,84	5,37	41,64	6,41	4,39	33,75
De R\$ 100.000,00 a R\$ 500.000,00 .....	30,46	1,81	14,04	25,09	2,84	21,83
De R\$ 500.000,00 a R\$ 1.500.000,00 .....	19,56	0,31	2,38	21,82	0,69	5,32
Acima de R\$ 1.500.000,00 .....	36,12	0,08	0,65	46,67	0,21	1,59
<b>TOTAL</b> .....	100,00	12,90	100,00	100,00	13,01	100,00

FONTE DE DADOS BRUTOS: Receita Federal do Brasil e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

**Róber Iturriet Avila**  
Economista, Pesquisador da FEE

**CARTA DE CONJUNTURA FEE** (elaborada com informações até 08.12.14).

ISSN 1517-7262

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã.

 **Fundação de  
Economia e  
Estatística**

Presidente: Adalmir Antonio Marquetti

Diretor Técnico: André Luis Forti Scherer

Diretor Administrativo: Roberto Pereira da Rocha

**Conselho Editorial:** André Luis Forti Scherer, Cecília Rutkoski Hoff, Fernando Maccari Lara, Renato Antônio Dal Maso, Míriam De Toni e Martinho Roberto Lazzari

**Núcleo de Dados:** Marilyn Agranonik

**Revisão:** Valesca Casa Nova Nonnig

**Diagramação:** Giuliana Santos (estagiária)

**Fundação de Economia e Estatística**  
**Siegfried Emanuel Heuser**

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre  
CEP 90010-283

E-mail: carta@fee.tche.br

Twitter: @cartafee

www.fee.rs.gov.br